

PROSPETO DO OIC/FUNDO

FUNDO ABERTO HARMONIZADO

BPI REFORMA GLOBAL EQUITIES PPR/OICVM

**Fundo de Investimento Aberto de Ações
de Poupança Reforma**

14 de março de 2022

A autorização do FUNDO pela CMVM baseia-se em critérios de legalidade, não envolvendo por parte desta qualquer garantia quanto à suficiência, à veracidade, à objetividade ou à atualidade da informação prestada pela entidade responsável pela gestão no regulamento de gestão, nem qualquer juízo sobre a qualidade dos valores que integram o património do FUNDO.

PARTE I
REGULAMENTO DE GESTÃO DO FUNDO
CAPÍTULO I
INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O FUNDO, A ENTIDADE GESTORA E OUTRAS ENTIDADES

1. O Fundo

- a) A denominação do Fundo é BPI Reforma Global Equities PPR/OICVM Fundo de Investimento Aberto de Ações de Poupança Reforma (adiante designado apenas por Fundo).
- b) O Fundo constitui-se como Fundo aberto e tem como finalidade a prossecução de Planos Poupança Reforma.
- c) A constituição do Fundo foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 16 de setembro de 2019 por tempo indeterminado e iniciou a sua atividade em 7 de novembro de 2019.
- d) A data da última atualização do prospeto foi 14 de março de 2022.
- e) O número de participantes do OIC em 31 de dezembro de 2021 era de 284.

2. A Entidade gestora

- a) O OIC é administrado pela BPI Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA, com sede na Rua Braamcamp, 11-4.º andar, em Lisboa BPI Gestão de Ativos (adiante designada apenas por **BPI Gestão de Ativos** ou **Sociedade Gestora**).
- b) A **BPI Gestão de Ativos** é uma sociedade anónima, cujo capital social, inteiramente realizado é de € 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil euros).
- c) A **BPI Gestão de Ativos** constituiu-se em 20 de julho de 1990 e encontra-se registada na CMVM como intermediário financeiro autorizado desde 29 de julho de 1991.
- d) No exercício da sua função de entidade gestora e representante legal do Fundo a **BPI Gestão de Ativos** atua por conta dos participantes e no interesse exclusivo destes, competindo-lhe, em geral, a prática de todos os atos e operações necessários à boa concretização da política de investimentos, à administração dos ativos do Fundo e à comercialização das unidades de participação dos Fundo que gere, e em especial:
 - i) Selecionar os ativos para integrar os Fundo;
 - ii) Adquirir e alienar os ativos dos Fundo, cumprindo as formalidades necessárias para a válida e regular transmissão dos mesmos;
 - iii) Exercer os direitos relacionados com os ativos dos Fundo;
 - iv) Prestar os serviços jurídicos e de contabilidade necessários à gestão do Fundo, sem prejuízo da legislação específica aplicável a estas atividades;
 - v) Esclarecer e analisar as questões e reclamações dos participantes;
 - vi) Avaliar a carteira e determinar o valor das unidades de participação e emitir declarações fiscais;
 - vii) Cumprir e controlar a observância das normas aplicáveis, dos documentos constitutivos dos Fundo e dos contratos celebrados no âmbito da atividade do Fundo;
 - viii) Proceder ao registo dos participantes;
 - ix) Distribuir rendimentos;
 - x) Emitir e reembolsar unidades de participação;
 - xi) Efetuar os procedimentos de liquidação e compensação, incluindo o envio de certificados;
 - xii) Conservar os documentos.
- e) A **BPI Gestão de Ativos** e a entidade depositária cuja identificação completa é feita no número 4 seguinte, respondem solidariamente, perante os participantes, pelo cumprimento dos deveres legais e regulamentares aplicáveis e das obrigações decorrentes dos documentos constitutivos dos Fundo.

f) A **Sociedade Gestora** pode ser substituída mediante autorização da CMVM desde que exista acordo do depositário e desde que os interesses dos participantes e o regular funcionamento do mercado não sejam afetados.

g) A **BPI Gestão de Ativos** tem uma Política de Remuneração.

A Política de Remuneração da **BPI Gestão de Ativos** tem em vista, entre outros objetivos, o de contribuir para o alinhamento dos interesses dos Colaboradores com os interesses da **BPI Gestão de Ativos** e para o desincentivo da assunção excessiva de riscos.

A remuneração total inclui:

- (i) Uma remuneração fixa baseada no nível de responsabilidade e na evolução profissional do Colaborador;
- (ii) Quando assim seja decidido, uma remuneração variável ligada à realização de objetivos e desafios previamente estabelecidos e definidos de forma a evitar possíveis conflitos de interesse que, quando apropriado, inclui princípios de avaliação qualitativa que levem em consideração o alinhamento com os interesses dos investidores e as regras de comportamento nos mercados financeiros.

A remuneração variável visa promover comportamentos que garantam a geração de valor de longo prazo e a sustentabilidade dos resultados ao longo do tempo, e é baseada numa relação entre os dois tipos de remuneração (proporcionalidade entre remuneração fixa e variável) e medição de desempenho. A remuneração variável individual de cada Colaborador respeitante ao ano cujo desempenho se pretende remunerar não pode ser superior à sua remuneração fixa desse mesmo ano. A aprovação e atribuição de um valor mais elevado que o acima referido, o qual no limite máximo poderá ser igual ao dobro da remuneração fixa, estará dependente do cumprimento dos requisitos legalmente estabelecidos para o efeito.

Na determinação da remuneração serão também considerados os seguintes objetivos:

- (i) Que contribua para a promoção e seja coerente com uma gestão de riscos sã e prudente da **BPI Gestão de Ativos** e em defesa dos melhores interesses dos Clientes;
- (ii) Que não constitua um incentivo à assunção de riscos em níveis superiores aos riscos tolerados pela **BPI Gestão de Ativos** ou pelos seus Clientes e;
- (iii) Que não crie ou contribua para criar situações de conflitos de interesses.

A determinação do montante concreto da remuneração variável a atribuir aos Colaboradores, é feita pela Comissão Executiva do Conselho de Administração da **BPI Gestão de Ativos** (CEGA), exceto no que respeita aos Colaboradores membros da CEGA.

A determinação do montante concreto da remuneração variável a atribuir aos membros da CEGA é feita pelo Acionista da **BPI Gestão de Ativos**.

A **BPI Gestão de Ativos** tem um comité de remunerações, sendo composto e presidido por membros do órgão de administração que não desempenhem funções executivas na **BPI Gestão de Ativos**.

A Política de Remuneração da **BPI Gestão de Ativos**, incluindo, mas não se limitando, a uma descrição da forma como a remuneração e os benefícios são calculados e a identidade das pessoas responsáveis pela atribuição da remuneração e benefícios e a composição do comité de remunerações, está disponível no site: www.bpigestaodeactivos.pt. Uma cópia em papel da Política de Remuneração será disponibilizada gratuitamente mediante pedido.

h) A **BPI Gestão de Ativos** tem diversas políticas em matérias de sustentabilidade.

A Sociedade Gestora tem diferentes políticas e procedimentos sobre integração dos riscos em matéria de sustentabilidade, em particular associados ao investimento responsável, tais como a Política de Integração de Riscos em Matérias de Sustentabilidade, a Política de Integração de Riscos em Matérias de Sustentabilidade em Imobiliário, a Política de Gestão de Risco Ambiental, a Política de Relacionamento com o Setor da Defesa, a

Política de Envolvimento, a Política de Exercício de Direitos de Voto, para além de ter aderido a várias políticas corporativas de âmbito socialmente responsável do Grupo CaixaBank.

A **BPI Gestão de Ativos** compromete-se a contribuir para uma economia sustentável, que combina a rentabilidade de longo prazo com justiça social e proteção ambiental. O Acordo de Paris, adotado na Cimeira do Clima, foi o primeiro acordo universal e juridicamente vinculativo no âmbito das alterações climáticas que visa, entre outros aspetos, a coerência entre fluxos financeiros e a transformação para uma economia baixa em carbono e resiliente ao clima. A inclusão de critérios ESG e a sua integração na gestão de investimentos poderão gerar um efeito positivo a longo prazo no retorno financeiro gerado pela valorização dos seus ativos sob gestão e promover o desenvolvimento económico e social.

Consequentemente, a **BPI Gestão de Ativos** desenvolveu um modelo de Integração de Riscos de Sustentabilidade com base em três pilares fundamentais:

- Incorporação de aspetos ambientais, sociais e de governo (fatores ASG, ou ESG na designação anglo-saxónica) no processo de análise de investimentos e tomada de decisão, complementando os critérios financeiros tradicionais.
- Envolvimento de longo prazo da Sociedade Gestora com nas empresas em que investe, com através da maior participação ativa nas decisões de governo (votação presencial ou por procuração/proxy voting).
- Diálogo com empresas admitidas à negociação em questões materiais ou controversas relacionadas com critérios ESG (conhecido como engagement).

Como sinal de compromisso com a sustentabilidade, em 2019 a **BPI Gestão de Ativos** aderiu aos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa da comunidade financeira e fomentada pelas Nações Unidas para contribuir para o desenvolvimento de um sistema financeiro mais estável e sustentável através da implementação de seis princípios.

Posteriormente, a **BPI Gestão de Ativos** formalizou a sua adesão ao Global Compact das Nações Unidas em 2021, desde modo adotando os dez princípios relacionados com Direitos Humanos, Direitos Laborais, Meio Ambiente e Corrupção.

3. Entidades Subcontratadas

Não aplicável.

4. O Depositário

- a) A entidade depositária dos valores mobiliários do OIC é o Cecabank, S.A. - Sucursal em Portugal (adiante designado apenas por **Cecabank**), com sede na Avenida da Liberdade, 190-1º A, em Lisboa e encontra-se registado na CMVM como intermediário financeiro desde 15 de janeiro de 2018
- b) O depositário, no exercício das suas funções, age de modo independente e no exclusivo interesse dos participantes e está sujeito, nomeadamente, aos seguintes deveres:
 - i) Cumprir a lei, os regulamentos, os documentos constitutivos dos fundos e os contratos celebrados no âmbito dos fundos;
 - ii) Guardar os ativos dos fundos;
 - iii) Receber em depósito ou inscrever em registo os ativos do Fundo;
 - iv) Executar as instruções da entidade responsável pela gestão, salvo se forem contrárias à legislação aplicável e aos documentos constitutivos;
 - v) Assegurar que nas operações relativas aos ativos do Fundo a contrapartida seja entregue nos prazos conformes à prática do mercado;
 - vi) Promover o pagamento aos participantes dos rendimentos das unidades de participação e do valor do respetivo resgate, reembolso ou produto da liquidação;
 - vii) Elaborar e manter atualizada a relação cronológica de todas as operações realizadas para os fundos;
 - viii) Elaborar mensalmente o inventário discriminado dos ativos e passivos dos fundos;

- ix) Fiscalizar e garantir perante os participantes o cumprimento da legislação aplicável e, dos documentos constitutivos dos fundos, designadamente no que se refere:
 - 1) À política de investimentos;
 - 2) À política de distribuição de rendimentos do Fundo;
 - 3) Ao cálculo do valor, à emissão, ao resgate, reembolso e cancelamento de registo das unidades de participação;
 - 4) À matéria de conflitos de interesses.
 - x) Informar imediatamente a CMVM de incumprimentos detetados que possam prejudicar os participantes;
 - xi) Informar imediatamente a entidade responsável pela gestão da alteração dos membros do seu órgão de administração.
- c) O **Cecabank** é responsável, nos termos gerais, perante a **BPI Gestão de Ativos** e os participantes por qualquer prejuízo por eles sofrido em resultado do incumprimento das suas obrigações. A responsabilidade perante os participantes pode ser invocada diretamente ou através da entidade responsável pela gestão.
- d) A responsabilidade do depositário não é afetada pelo fato de, com o acordo da entidade responsável pela gestão e mediante contrato escrito, confiar a um terceiro a totalidade ou parte dos instrumentos financeiros à sua guarda.
- e) A substituição do depositário depende de autorização da CMVM e apenas cessará as suas funções com o início de funções de um novo depositário.
- f) O **Cecabank** subcontrata as seguintes entidades para a prestação de serviços de custódia de instrumentos financeiros:
- (i) Euroclear:
 - Renda variável: para todos os mercados europeus (excepto Hungria, Polónia e Turquia) e mercado japonês;
 - Renda fixa: para todos os mercados europeus, mercado japonês (exceto REIT's), mercado dos EUA e restantes mercados (Canadá, Austrália, Hong Kong, etc.).
 - (ii) Citibank:
 - Custódia Global para todos os mercados dos EUA, Canadá, Nova Zelândia e restantes mercados (Hong Kong, Singapura, República Checa, México, etc.);
 - Custódia Local para os STRIPS italianos.
 - (iii) Iberclear:
 - Custódia Local para o mercado espanhol;
 - (iv) Allfunds Bank Espanha:
 - Participações em Fundos de Terceiros;
 - (v) Banco BPI:
 - Papel comercial português e participações em Fundos Próprios do BPI Gestão de Ativos.

5. As Entidades Comercializadoras

- a) As entidades responsáveis pela colocação das unidades de participação do Fundo junto dos investidores são o Banco BPI, SA (adiante designado apenas por **Banco BPI**), o BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA, com sede na Praça Marquês de Pombal, 3-A - 3º, em Lisboa (adiante designada apenas por Banco BEST) junto dos Centros de Investimento BEST e a **BPI Gestão de Ativos** enquanto entidade gestora.
- b) O Fundo é comercializado presencialmente junto dos balcões das entidades comercializadoras. As unidades de participação são também comercializadas pelo **Banco BPI** através da internet (sites www.bpinet.pt e www.bpinetempresas.pt), bem como através de mecanismo de autorizações remotas, disponíveis no BPI Net e BPI APP, e pelo Banco BEST através dos canais de comercialização à distância: internet www.BancoBest.pt, App e telefone, tendo acesso a estas formas de comercialização os clientes desta entidade. O **Banco BPI** está autorizado de forma irrevogável, sempre que o considere necessário, a gravar as conversas telefónicas mantidas com os clientes e a utilizar estas gravações como meio de prova para qualquer procedimento judicial que venha a existir direta ou indiretamente entre as partes.

CAPÍTULO II

POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO PATRIMÓNIO DO FUNDO / POLÍTICA DE RENDIMENTOS

1. Política de investimento do Fundo

1.1. Política de investimento

O património do Fundo, que será exclusivamente constituído por valores mobiliários e pelos ativos financeiros líquidos referidos na subsecção I da secção I do capítulo II do título III do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, cumprindo os limites previstos na subsecção II da referida secção, adota os seguintes parâmetros:

- a) O património do Fundo será predominantemente investido em valores que preencham, cumulativamente, as seguintes características:
 - i) Tratar-se de ações, incluindo as ações preferenciais sem voto, obrigações com direito de subscrição de ações, obrigações convertíveis em ações, warrants ou qualquer outro tipo de valor que confira o direito de subscrição, seja convertível ou tenha a remuneração indexada a ações;
 - ii) Serem emitidas por empresas que, no entender da **Sociedade Gestora**, oferecem potencial de valorização não havendo restrições quanto à localização geográfica dos investimentos, nem quanto ao setor de atividade em que as empresas operam;

Dentro do âmbito definido nos números anteriores, a política de aplicações do Fundo será norteada por critérios de diversificação de risco e potencial de valorização a prazo, de acordo com as expectativas da **Sociedade Gestora**.

- b) A carteira do Fundo será constituída por ativos de elevada liquidez, designadamente:
 - i) Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário, designadamente:
 - 1) Ações, obrigações com direito de subscrição de ações, obrigações convertíveis em ações, warrants e qualquer outro tipo de valor que confira o direito de subscrição de ações, seja convertível em ações ou tenha a remuneração indexada a ações;
 - 2) Títulos de dívida pública e privada e títulos de participação;
 - 3) Ativos de curto prazo (nomeadamente certificados de depósito, depósitos bancários, aplicações nos mercados interbancários, papel comercial e Bilhetes do Tesouro, denominados em euros ou noutras moedas estrangeiras);
 - ii) Unidades de participação de outros Fundos com um objeto idêntico ao referido na alínea a);
 - iii) Instrumentos financeiros derivados;
- c) A política de investimentos do Fundo será orientada por forma a assegurar direta ou indiretamente, a manutenção, em permanência, de pelo menos 85% do valor líquido global do Fundo aplicado em ativos que preencham as características previstas pela alínea b) i) 1). Nestes cálculos será considerada a exposição indireta decorrente da detenção de unidades de participação de outros Fundos;
- d) O Fundo pode adquirir valores emitidos por emitentes com sede ou residência em qualquer país do mundo;
- e) A liquidez do Fundo será investida em euros ou em alguma das moedas dos Estados onde se situam os mercados referidos infra em 1.2.
- f) Em condições normais o Fundo não efetuará cobertura de risco cambial, salvo se a gestão o considerar como adequado, face às expectativas de que as moedas estrangeiras se possam desvalorizar de forma relevante.

- g) O Fundo poderá investir em Organismos de Investimento Coletivo geridos pela sua **Sociedade Gestora** ou entidade gestora ligada a esta por relação de domínio ou de grupo, cuja política de investimentos se coadune com a do Fundo, estando para o efeito totalmente isento de comissões de subscrição ou reembolso dos mesmos.

1.2. Mercados

- a) Como regra os ativos supra identificados em 1.1./b)/i)/1) e 2) deverão estar admitidos à negociação nos seguintes mercados:
- i) Nos mercados de cotações oficiais das bolsas de valores de Estados-membros da União Europeia e do Reino Unido; ou
 - ii) Em outros mercados regulamentados desses mesmos Estados-membros (vg Medip) e designadamente com mercados que utilizem plataformas eletrónicas dedicadas (vg MTS, Trax ou Bloomberg Tradebook); ou
 - iii) Nos mercados regulamentados, com funcionamento regular, reconhecidos e abertos ao público, de Estados terceiros, autorizados pela CMVM nos termos do artigo 172º, número 1, alínea a), (ii) da Lei nº 16/2015 de 24 de Fevereiro; ou
 - iv) Outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente (vg. Cedel ou Euroclear, p.e.), onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.
- b) Sem prejuízo do disposto na alínea d) do ponto 1.5. infra, o Fundo pode investir em valores admitidos em mercados não regulamentados e em valores não admitidos à negociação.

1.3. Benchmark (parâmetro de referência)

O Fundo não adota parâmetro de referência. O Fundo aplica uma estratégia de investimento com gestão ativa.

1.4. Política de execução de operações e da política de transmissão de ordens

- a) Execução nas melhores condições

A política adoptada pela **BPI Gestão de Ativos** em matéria de execução, recepção e transmissão de ordens para a realização de operações sobre instrumentos financeiros assenta no compromisso da **BPI Gestão de Ativos** em empregar os seus melhores esforços na aplicação de um conjunto de critérios (desenvolvidos em Fatores e critérios para a execução de ordens nas melhores condições) e procedimentos (desenvolvidos em Procedimentos de execução de ordens) que visam precisamente obter o melhor resultado possível na execução de ordens recebidas em todos os casos em que o respetivo ordenador não transmita indicações específicas quanto ao tratamento a conferir à ordem apresentada.

Sem prejuízo do desenvolvimento dos seus melhores esforços para que uma ordem seja executada nas melhores condições possíveis, em determinadas circunstâncias, designadamente em caso de falhas, interrupção ou suspensão de comunicações ou de sistemas, as ordens transmitidas pela **BPI Gestão de Ativos** poderão ter que ser executadas de modo distinto do estabelecido na presente política de execução.

- b) Fatores e critérios para a execução de ordens nas melhores condições

Principais fatores

A **BPI Gestão de Ativos** desenvolverá os melhores esforços para que as ordens recebidas sejam executadas nas melhores condições, designadamente em termos de preço, custos, rapidez, probabilidade de execução e liquidação, volume, natureza ou qualquer outro fator relevante.

Execução de ordens

Tomar-se-ão em consideração, para além do preço, outros fatores como sejam os custos, rapidez e probabilidade de execução e liquidação. Consequentemente, uma transação que não tenha sido executada ao melhor preço, pode não evidenciar um desrespeito pela política de execução adotada pela **BPI Gestão de Ativos**.

c) Procedimentos de execução das ordens

As ordens recebidas dentro do horário normal de negociação são transmitidas para os mercados. Fora desse horário, as ordens recebidas serão guardadas e enviadas para esses mesmos mercados, ou transmitidas a outros intermediários financeiros, no início do horário normal de negociação da sessão seguinte.

As políticas de execução de operações e de transmissão de ordens são disponibilizadas em www.bpigestaodeativos.pt.

1.5. Limites legais ao investimento

- a) O Fundo poderá investir integralmente em valores mobiliários emitidos ou garantidos por um Estado-membro da União Europeia, desde que respeitem a, pelo menos, seis emissões diferentes e que os valores pertencentes a uma mesma emissão não excedam 30% do valor líquido global do Fundo.
- b) Sem prejuízo do disposto em a) e do disposto na alínea seguinte, no seu conjunto, os valores mobiliários e o papel comercial emitidos por uma mesma sociedade e os empréstimos concedidos a essa mesma sociedade não podem representar mais de 10% do valor líquido global do Fundo. Este limite é elevado para 20% relativamente ao conjunto das sociedades que se encontrem entre si ou com a **Sociedade Gestora** em relação de domínio ou de grupo, incluindo-se neste limite os depósitos em instituições de crédito em relação idêntica. Será ainda elevado para 35% o limite no caso dos valores mobiliários emitidos ou garantidos por um Estado-membro da OCDE ou por instituições internacionais de caráter público a que pertençam um ou vários Estados-membros da União Europeia.
- c) O conjunto dos valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário que, por emitente, representem mais de 5% do valor líquido global do OIC, não pode ultrapassar 40% deste valor.
- d) O Fundo poderá investir até 10% do seu valor líquido global, em ações, valores mobiliários com exposição a ações e instrumentos com natureza de obrigações que não se encontrem admitidos à negociação numa bolsa de valores ou em mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou noutros mercados de outros Estados membros da OCDE com funcionamento regular, reconhecidos e abertos ao público.
- e) O limite referido no número anterior não se aplica aos valores mobiliários recentemente emitidos, cujas condições de emissão incluam o compromisso de que serão apresentados os pedidos de admissão à cotação ou à negociação, em bolsa ou em mercados referidos no ponto 1.2. do presente prospeto, desde que essa admissão seja obtida o mais tardar antes do final de um período de um ano a contar da emissão.
- f) O valor da liquidez corresponderá no máximo a 20% do valor global líquido do Fundo (instrumentos representativos de dívida de curto prazo, depósitos bancários e outros instrumentos monetários).
- g) A **Sociedade Gestora** poderá contrair empréstimos por conta do Fundo, inclusive junto do Depositário até ao limite de 10% do valor global do Fundo, desde que não ultrapasse 120 dias, seguidos ou interpolados, num período de um ano.

1.6. Características especiais do Fundo

É característica especial do Fundo proporcionar aos seus participantes o estabelecimento de Planos Poupança Reforma.

No que respeita ao investimento o património do Fundo será essencialmente investido em ações ou ativos equiparados. Não há restrições quanto à localização geográfica dos investimentos, nem quanto ao setor de atividade em que essas empresas operam.

1.7. Estratégia de Investimento e Fatores de Sustentabilidade

a) Integração dos riscos em matéria de sustentabilidade do OIC

O OIC procura otimizar a relação entre rentabilidade e risco, bem como evitar, minimizar, mitigar e solucionar, tanto quanto possível, os fatores que possam representar um risco significativo para o ambiente ou para as comunidades, de acordo com os mais elevados padrões de responsabilidade.

O OIC integra critérios sociais, ambientais e de boas práticas de governance nas suas decisões de investimento, identificando riscos em matéria de sustentabilidade cuja ocorrência seja suscetível de provocar um impacto efetivo ou potencial no valor do investimento.

O OIC é gerido de forma que, para além dos referidos objetivos, sejam também, e na medida em que possível e adequado, promovidas, entre outras, características ambientais ou sociais, ou uma combinação destas características (nos termos da alínea seguinte).

b) Promoção de características ambientais ou sociais

O OIC promove características ambientais e/ou sociais, através de uma estratégia de investimento que integra os riscos em matérias de sustentabilidade no seu processo de investimento, além de acompanhar um conjunto de indicadores de sustentabilidade/ESG relevantes para a maioria dos investimentos, o que permite classificar o OIC como Artigo 8º ao abrigo do Regulamento (EU) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

O OIC procura incluir predominantemente investimentos que promovam características ambientais e/ou sociais, quer pela sua natureza ou classificação, quer pela avaliação de desempenho ESG favorável que a Sociedade Gestora faça dos mesmos.

A avaliação favorável decorre, entre outros fatores, do bom desempenho e/ou da evolução favorável em aspetos ambientais, sociais e de governo, com base quer na informação não financeira prestada pelas entidades em que o OIC investe, ou recolhida pela sociedade gestora, quer em fontes públicas, quer ainda através de diferentes fornecedores especializados nestas matérias. Esta avaliação incorpora não só a exposição das entidades aos riscos de sustentabilidade, como também a gestão que as entidades fazem dos mesmos, em termos absolutos e relativos.

O OIC procura realizar investimentos que promovam características ambientais e/ou sociais, através de investimentos diretos, de Organismos de Investimento Coletivo, incluindo Exchange Traded Funds (“ETF”) ou derivados com esses mesmos objetivos.

O facto de o OIC deter predominantemente investimentos que promovem características ambientais ou sociais não impede o investimento em ativos que, na avaliação da Sociedade Gestora, não relevem essas características. Designadamente, o OIC pode investir em:

- (i) Valores mobiliários emitidos por entidades sem avaliação favorável de risco ambiental, social e de governo;
- (ii) Derivados que não promovam características ambientais ou sociais;
- (iii) Organismos de Investimento Coletivo (incluindo ETF) cuja política de investimento não promova características ambientais ou sociais;
- (iv) Investimentos em entidades para as quais não exista informação suficiente (designadamente sobre os aspetos ESG) quer por serem emitidos por empresas que não estão sujeitas a legislação da União Europeia, quer por serem empresas que não estão obrigadas a divulgar informação Não Financeira e que não procedem a essa divulgação;
- (v) Outros ativos que não promovam características ambientais ou sociais.

Para além das informações disponibilizadas pelas entidades em que investe, a Sociedade Gestora recorre aos serviços de diversos fornecedores de informação financeira e não-financeira, a partir dos quais formula as suas próprias opiniões e decisões de investimento, integrando aspetos financeiros e não-financeiros.

c) Identificação das Características Ambientais ou Sociais, e Informações sobre o modo como essas características são alcançadas

(i) Princípios gerais

O OIC procurará investir predominantemente em entidades e OICs que cumpram as legislações aplicáveis e os mais altos exemplos de governance responsável, de transparência e de padrões sociais e ambientais.

Nos seus processos de análise e gestão, a **BPI Gestão de Ativos** tem em consideração diversas políticas em aspetos de integração dos riscos em matéria de sustentabilidade, tais como a Política de Integração de Riscos em Matérias de Sustentabilidade, a Política de Gestão de Risco Ambiental, a Política de Relacionamento com o Setor da Defesa, o Código de Conduta, a Política de Envolvimento, que abrange o Exercício de Direitos de Voto ou a Política Corporativa de Direitos Humanos do CaixaBank, à qual a **BPI Gestão de Ativos** aderiu.

Esta última estabelece o compromisso de respeitar:

- A Carta Internacional dos Direitos Humanos das Nações Unidas.
 - A Declaração Universal dos Direitos do Homem
 - Pacto Internacional sobre os Direitos Civis
 - Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais
- A Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e as respetivas oito Convenções Fundamentais
- A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Deste modo, a Sociedade Gestora reflete o seu compromisso de realizar a sua atividade em conformidade com as normas e regulamentação aplicáveis e com os mais altos padrões de conduta ética e profissional. Entre outros:

- Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.
- O Global Compact das Nações Unidas (UN Global Compact).
- Os Princípios para o Investimento Responsável (PRI).
- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS/SDG).

A Sociedade Gestora apoia a consecução dos objetivos do Acordo de Paris através do alinhamento com as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (adiante designada por “TCFD”), e da sua adesão ao Climate Action 100+.

A Sociedade Gestora compromete-se também a ter em consideração as novas normas ou novos regulamentos que possam ser aplicáveis.

(ii) Seleção de investimentos e gestão de riscos

As empresas com melhores políticas de governance e sustentabilidade têm maior probabilidade de agir no melhor interesse de todos os seus stakeholders, e estão melhor posicionadas para lidar com uma ampla variedade de questões, como riscos não financeiros e mudanças na regulamentação. Paralelamente, podem ser identificadas oportunidades, e as entidades estarão melhor preparadas para enfrentar tendências de longo prazo, como as mudanças climáticas.

O OIC procura não investir em valores mobiliários de empresas ou países que incorram em práticas que violam tratados internacionais, como o Global Compact das Nações Unidas, e em empresas direta ou indiretamente envolvidas em certas atividades relacionadas com:

- Armas controversas: empresas envolvidas no desenvolvimento, produção, manutenção ou comercialização de armas controversas ou que fornecem componentes ou serviços essenciais e não essenciais para esta finalidade;
- Contratos militares: empresas onde parte das suas receitas vêm da produção de armas ou componentes especialmente desenhados para uso militar e equipamentos essenciais para a produção e uso de armas convencionais e munições, e software ou hardware relacionado com esta atividade;
- Carvão Térmico: empresas onde parte das suas receitas dependem da mineração ou geração de eletricidade a partir do carvão;
- Energia: empresas envolvidas na produção e exploração de areias petrolíferas betuminosas.

A Sociedade Gestora identifica e aprova restrições específicas ao universo de investimentos, relacionadas principalmente com empresas significativamente envolvidas, direta ou indiretamente, nestas atividades e a controversias classificadas como "muito severas" (eventos extraordinários que ponham em questão o desempenho da empresa com respeito a aspetos ambientais, sociais e de governo, tais como sanções por más práticas, violações de padrões internacionais, desastres ambientais e corrupção).

No contexto das convenções internacionais e das preocupações gerais da sociedade, a Sociedade Gestora considera como armas controversas as minas antipessoais, armas biológicas, químicas e nucleares, bombas de fragmentação, armas de urânio empobrecido, armas laser cegantes, armas incendiárias e / ou de fragmentos indetetáveis.

No caso das armas nucleares, as empresas domiciliadas em países que ratificaram o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares de 1968 encontram-se isentas, desde que exerçam outras atividades para além do envolvimento com armas nucleares, que as receitas decorrentes da atividade nuclear não excedam 5%, e que não se encontrem relacionadas com nenhum outro tipo de armas controversas. Nesse sentido, a Sociedade Gestora fará uma revisão e atualização anual dos países que aderem ao referido tratado.

No caso particular dos OICs geridos por outras sociedades gestoras, para além do processo de análise e seleção de cada veículo, são identificados primeiramente as sociedades gestoras cujos valores corporativos estão alinhados com a gestão dos riscos em matérias de sustentabilidade da Sociedade Gestora, selecionando preferencialmente aquelas que incorporem fatores ESG nos seus processos de investimento e que desenvolvam mecanismos de envolvimento. Entre outros aspetos, as sociedades gestoras dos OICs são obrigadas a ser signatárias do UNPRI e estão sujeitas a uma avaliação com critérios ESG.

No caso particular dos ETFs, são analisados e identificados os veículos alinhados com a gestão dos riscos de sustentabilidade da Sociedade Gestora, sendo que o universo se irá expandir progressivamente à medida que os critérios internos da Sociedade Gestora vão sendo cumpridos, com o objetivo de ser verificado um leque mais abrangente no futuro.

No caso de não serem identificados veículos alinhados com as referidas Políticas e com os critérios internos da **BPI Gestão de Ativos**, o investimento poderá ser realizado em ETFs que não incorporem critérios ESG.

O processo de integração de critérios ESG na seleção de fundos terceiros realiza-se a três níveis: sociedade gestora, fundo de investimento e fundos dedicados à sustentabilidade.

Neste quadro, a Sociedade Gestora identifica e implementa as ações necessárias, dentro dos prazos internos estabelecidos. Na eventualidade de uma entidade não cumprir com os requisitos de seleção adotados, a Sociedade Gestora adotará uma estratégia que procure o cumprimento dos requisitos violados com a maior brevidade possível, que seja compatível com a perspetiva económica de uma gestão razoável e sustentável, que pode passar pelo envolvimento na entidade, por medidas de mitigação dos riscos de sustentabilidade ou mesmo pelo desinvestimento parcial ou total.

(iii) Envolvimento

Um diálogo construtivo pode promover a melhoria das características ambientais e sociais das entidades em que o OIC investe, bem como a gestão de riscos ou o governo corporativo.

Entre outras formas de alcançar os objetivos do OIC, a Sociedade Gestora procura:

- (i) Efetuar o acompanhamento das entidades em que o OIC investe no que se refere às questões relevantes, incluindo a estratégia, o desempenho financeiro e não financeiro, o risco, a estrutura de capital, o impacto social e ambiental e o governo das sociedades;
- (ii) Dialogar com entidades em que o OIC investe;
- (iii) Exercer os direitos de voto e outros direitos associados às ações detidas pelo OIC;
- (iv) Cooperar com outros investidores;
- (v) Comunicar com as partes interessadas das entidades em que o OIC investe

Neste sentido, a Sociedade Gestora promove o diálogo ativo com as entidades e os gestores de ativos, quer diretamente, quer participando em ações coletivas destinadas a adotar as medidas necessárias à modificação de práticas ou atividades polémicas, podendo eventualmente desinvestir em caso de incompatibilidade das atividades exercidas pela entidade com os objetivos do OIC.

Para mais informações, a BPI Gestão de Ativos dispõe de uma Política de Envolvimento, que disponibiliza na sua página na internet.

d) Consideração de impactos negativos para a sustentabilidade nos processos de seleção de investimentos

Primeiramente, os fatores de sustentabilidade relevantes são identificados por geografia, indústria, setor ou empresa. Para tal, a **BPI Gestão de Ativos** utiliza diferentes análises de materialidade desenvolvidas por organizações de referência, e conta com o apoio de fornecedores especializados em análises ESG, bem como de fontes públicas de informação.

Os indicadores materiais que integrarão o processo de construção das diferentes carteiras serão identificados através da seleção e alocação dos diferentes ativos de acordo com os procedimentos implementados pela Sociedade Gestora.

Uma vez constituída a carteira, a **BPI Gestão de Ativos** efetuará análises e o acompanhamento dos impactos negativos para a sustentabilidade proveniente dos investimentos realizados nas diversas carteiras, publicando os indicadores dos principais impactos negativos considerados pela Sociedade Gestora (“PINS”), de acordo com o formato e conteúdo exigidos pela regulação em vigor a cada momento, e aplicando os procedimentos de diligência devida descritos anteriormente.

A **BPI Gestão de Ativos** monitorizará os impactos negativos reais e potenciais identificados, tomando as medidas necessárias que poderão ser priorizadas quando não for possível abordar de imediato todos os impactos. Tais medidas poderão resultar numa decisão de não investir, desinvestir, reduzir a exposição ou colocar a mesma sob observação.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à parte remanescente deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

e) Objetivos de Investimento Sustentável

O OIC não tem objetivos de investimento sustentável na aceção do Artigo 9 do Regulamento 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

Contudo, o OIC poderá realizar investimentos sustentáveis nos termos do referido regulamento.

2. Derivados, Reportes e Empréstimos

Com o objetivo de proceder à cobertura do risco financeiro do Fundo ou a uma adequada gestão do seu património, o Fundo poderá recorrer à utilização de instrumentos financeiros derivados ou a operações de reporte e empréstimo de valores dentro das condições que a seguir se enunciam.

2.1. Derivados

a) Objetivo de cobertura de risco financeiro

i) Como risco financeiro entende-se:

- Risco de variação de preços dos ativos que compõem a carteira, sejam eles ações ou obrigações;
- Risco de variação das taxas de juro de curto ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados;
- Risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas para euros.

ii) Para cobertura do risco financeiro associado às aplicações em carteira, o Fundo poderá utilizar os seguintes instrumentos:

- Futuros e opções padronizados sobre ações, índices de ações, taxas de juro, obrigações ou taxas de câmbio;
- Forwards cambiais;
- Swaps cambiais de curto prazo e swaps de longo prazo de taxa de juro ou de taxa de juro e de taxa de câmbio;
- Derivados para cobertura de riscos de crédito, designadamente “Credit Default Swaps”;

b) Objetivos de rentabilização do património do Fundo

Com o objetivo de proceder a uma adequada gestão do seu património, o Fundo poderá também utilizar os seguintes instrumentos:

- i) Futuros e opções sobre ações ou índices de ações;
- ii) Warrants sobre ações;
- iii) Forwards cambiais.

Para além dos instrumentos acima referidos, o Fundo poderá também investir em obrigações cujo padrão de valorização assente na utilização de um ou mais instrumentos derivados com o objetivo de capturar o perfil de risco associado a um determinado mercado ou a rentabilidade esperada desse mercado, de acordo com as expectativas da **Sociedade Gestora**.

c) Limites

Para efeitos da exposição global a derivados, o Fundo adota a abordagem baseada no VaR absoluto por ser a abordagem mais consistente em termos de identificar a perda máxima esperada.

O nível máximo de alavancagem esperado – calculada nos termos do Regulamento da CMVM nº 2/2015 – é de 35% do valor líquido global do Fundo.

d) Mercados

Os futuros e opções padronizados e os warrants transaccionados por conta do Fundo com o objetivo de cobertura de risco financeiro ou de uma adequada gestão do património, deverão ser transaccionados nos seguintes mercados:

- i) Mercados regulamentados de Derivados de Estados membros da União Europeia e do Reino Unido;

- ii) Nos mercados regulamentados, com funcionamento regular, reconhecidos e abertos ao público, de Estados terceiros, autorizados pela CMVM nos termos do artigo 172º, número 1, alínea a), (ii) da Lei nº 16/2015 de 24 de Fevereiro;
- iii) Fora de mercado regulamentado desde que:
 - 1) Tenham por objeto ativos subjacentes nos quais o Fundo pode investir;
 - 2) As contrapartes nas transações sejam instituições sujeitas a supervisão prudencial; e
 - 3) Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do Fundo.

2.2. Reportes e empréstimos

O Fundo não realizará operações de financiamento através de valores mobiliários (OFVM) (nos termos definidos pelo Regulamento (UE) 2015/2365 do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de novembro de 2015 relativo à transparência das operações de financiamento através de valores mobiliários e de reutilização e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012), ou seja, não realizará as seguintes operações:

- a) De recompra;
- b) De concessão ou de contração de empréstimos de valores mobiliários;
- c) De compra/revenda ou de venda/recompra;
- d) De empréstimo com imposição de margem;

O Fundo não celebrará swaps de retorno total, um contrato de derivados na aceção do artigo 2º, ponto 7, do Regulamento (UE) nº 648/2012, em que uma contraparte paga um montante equivalente ao desempenho económico total, incluindo rendimentos de juros e remunerações, ganhos e perdas decorrentes de movimentos de preços e perdas de crédito, de uma obrigação de referência à outra contraparte

3. Valorização dos ativos

3.1. Momento de referência da valorização

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor líquido global do Fundo é apurado de acordo com as seguintes regras:
 - i) Os ativos da carteira do Fundo são valorizados diariamente a preços de mercado, de acordo com as regras referidas no número 3.2. subsequente, sendo o momento de referência dessa valorização a hora de fecho do mercado em que negociam para a generalidade dos instrumentos financeiros (valores mobiliários, mercado monetário, ETFs e derivados).

No que respeita à valorização de títulos de dívida o momento de referência serão as 16h15 ou as 20h30 para emissões admitidas à negociação nos Estados Unidos da América.

- ii) A composição da carteira do Fundo a considerar em cada valorização diária será a que se verificar no Momento de Referência desse dia para os respetivos ativos, salvo no caso das operações realizadas em mercados estrangeiros, em que poderão ser considerados os valores resultantes de transações efetuadas até ao final do dia anterior;
- iii) Para valorização dos ativos cotados em moeda estrangeira, será considerado o câmbio de divisas divulgadas pelo Banco de Portugal ou por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, no momento de referência de valorização da carteira.

- iv) O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram a importância dos encargos efetivos ou pendentes, até à data da valorização da carteira. Para esse efeito, são considerados os seguintes encargos imputáveis ao Fundo: despesas inerentes às operações de compra e venda de ativos, encargos legais e fiscais, a taxa de supervisão, a comissão de gestão, a comissão de depósito e os custos emergentes das auditorias exigidas por lei ou regulamento.

3.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

a) Valores mobiliários

- i) A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no Momento de Referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização. Encontrando-se negociados em mais do que um mercado, o valor a considerar na avaliação dos instrumentos financeiros reflete o preço praticado no mercado onde os mesmos são normalmente transaccionados pela **Sociedade Gestora**.
- ii) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os títulos são considerados como não cotados para efeito de valorização e serão aplicados os seguintes critérios de valorização:

A valorização de acções não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base em modelos teóricos, tais como o modelo dos cash-flows descontados, que sejam considerados adequados pela **Sociedade Gestora** para as características do ativo a valorizar. Exceptua-se o caso de acções em processo de admissão à cotação em que se tomará por base a última cotação conhecida no momento de Referência das acções da mesma espécie, emitidas pela mesma entidade e admitidas à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

No caso de valores representativos de dívida e quando a **Sociedade Gestora** considere que, designadamente por falta de representatividade das transacções realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflita o seu presumível valor de realização ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que no entender da **Sociedade Gestora** melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão no Momento de Referência. Essa cotação será procurada, alternativamente nas seguintes fontes:

- 1) Em sistemas internacionais de informação de cotações como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela **Sociedade Gestora**;
- 2) Junto de market makers da escolha da **Sociedade Gestora**, onde será utilizado:
 - (i) O valor médio das ofertas de compra e de venda difundidas através de entidades especializadas, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, nomeadamente tendo em vista a transacção do respetivo instrumento financeiro;
 - (ii) O valor médio das ofertas de compra difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas em (i).

Para os efeitos estabelecidos nos anteriores 1) e 2) apenas são elegíveis:

- a) As ofertas de compra firmes de entidades que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão;

- b) As médias que não incluam valores resultantes de ofertas das entidades referidas na alínea anterior ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- 3) Através de fórmulas de valorização baseadas em modelos teóricos de avaliação de obrigações, onde os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título são descontados a uma taxa de juro que reflita o risco associado a esse investimento específico, recorrendo-se ainda à comparação direta com títulos semelhantes para aferir da validade da valorização.
- b) Instrumentos do mercado monetário

Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:

- i) Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
- ii) A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
- iii) Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.
- c) Instrumentos derivados

- i) Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á o último preço divulgado pelos respetivos Mercados no Momento de Referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo;
- ii) Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela **Sociedade Gestora** utilizar-se-á, alternativamente, uma das seguintes fontes:
- 1) Os valores disponíveis no Momento de Referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo das ofertas de compra e venda difundidas por um market-maker da escolha da **Sociedade Gestora**;
- 2) Fórmulas de valorização que se baseiem nos modelos teóricos usualmente utilizados que, no entender da **Sociedade Gestora** sejam consideradas mais adequadas às características do instrumento a valorizar. Estes modelos traduzem-se no cálculo do valor atual das posições em carteira através da atualização dos cash-flows a receber no futuro, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

4. Exercício dos direitos de voto

De acordo com os requisitos estabelecidos na Diretiva de promoção do envolvimento de longo prazo dos acionistas, a atuação da BPI Gestão de Ativos no que diz respeito ao exercício dos direitos de voto será especificada nos instrumentos que reúnam simultaneamente as seguintes condições:

- Ações de sociedades admitidas à negociação num mercado regulamentado da União Europeia.
- A antiguidade da participação dos OICs geridos pela BPI GA seja superior a 12 meses (caráter estável).
- A participação represente no mínimo 1% do capital da empresa investida (relevância quantitativa).

Sem prejuízo do anterior, a Sociedade Gestora, no seu compromisso de promover o exercício dos direitos dos acionistas, alargou o quadro de atuação exigido pela regulamentação, exercendo também o direito de voto quando o emitente for uma sociedade cuja sede social é localizada num Estado-Membro da OCDE, e as respetivas ações são

admitidos à negociação num mercado regulamentado que esteja localizado ou que opere num Estado-Membro da OCDE.

Em qualquer caso, a BPI GA pode exercer tais direitos, mesmo que não sejam cumpridos os requisitos acima referidos, desde que seja aconselhável para os interesses dos acionistas ou participantes nos OICs geridos pela BPI GA. Da mesma forma, a Sociedade Gestora reserva-se ao não exercício desses direitos quando existam motivos que o justifiquem.

A BPI GA exerce o direito de voto em consonância com a sua visão de investimento sustentável e responsável, abordando questões de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, bem como aspetos de bom governo, dado serem essenciais na avaliação de uma empresa.

Assim, através do exercício dos direitos de voto, a Sociedade Gestora pretende influenciar as políticas corporativas para melhorar as deficiências detetadas em questões ESG.

A qualidade das informações sobre o bom governance da empresa, as suas mudanças, o seu posicionamento em relação às boas práticas de mercado, e o seu relacionamento com as partes interessadas ou grupos de interesse, são elementos essenciais. Assim, estão totalmente integrados nas decisões de voto adotadas pela BPI GA.

A Sociedade Gestora exercerá o direito de voto com base na avaliação do desempenho de médio e longo prazo das empresas em que investe, tendo em consideração as questões ambientais (por exemplo, poluição, utilização sustentável de recursos, alterações climáticas e proteção de biodiversidade), social (por exemplo, igualdade de género) e de bom governo (por exemplo, políticas de remuneração), em linha com sua adesão aos Princípios para o Investimento Responsável (PRI).

Especificamente, a BPI GA seguirá os seguintes princípios ao exercer o seu direito de voto:

- A informação financeira justa, completa e transparente é essencial para o exercício dos direitos de voto. A qualidade insuficiente da informação pode levar à abstenção ou voto contra.
- Será favorável à distribuição de resultados, quando a situação financeira da empresa for favorável ao longo do tempo.
- Quanto à composição dos Conselhos de Administração, favorece a existência de uma maioria de administradores independentes, bem como a exigência de competências, experiência e dedicação dos seus membros.
- Em relação à eleição dos auditores, será a favor daqueles que tenham demonstrado eficiência suficiente no cumprimento das suas obrigações.
- Em relação à política de remuneração, exigirá que haja uma proporção adequada entre as componentes fixa e variável, com vínculo entre a remuneração e os objetivos de desempenho.
- Em relação à estrutura de capital, considera que serão favoráveis a iniciativas que proporcionem maior liquidez ao valor ou que aumentem o seu volume de negócio.

A BPI GA exerce diretamente os direitos de participação/presença e de voto dos valores mobiliários cotados, ou por procuração ou delegação num intermediário, sendo o sentido do voto indicado na delegação ou procuração em qualquer caso obrigatório, previamente decidido pela BPI GA.

A Sociedade Gestora conta com uma entidade consultora especializada na preparação de recomendações de voto sobre as matérias que uma determinada empresa pretenda submeter à votação na sua Assembleia Geral para formar uma opinião com base numa perspetiva mais ampla e, assim, exercer os referidos direitos em linha com o que se encontra referido nesta declaração.

A BPI GA exerce diligentemente os seus direitos de participação e de voto em exclusivo benefício e interesse dos participantes e acionistas, tendo em conta a natureza de cada uma das deliberações submetidas à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas, e com base na informação publicamente disponível ou que tenha sido colocada à disposição dos acionistas devido à realização da Assembleia Geral.

Em qualquer caso, a decisão quanto ao sentido de voto será tomada com total independência e objetividade em relação ao Grupo. O CaixaBank, enquanto entidade-mãe do Grupo de que a BPI Gestão de Ativos faz parte, ratificou a 11 de outubro de 2018 a relação de independência que deve existir em todos os momentos entre o CaixaBank como entidade-mãe, o CaixaBank Asset Management, bem como qualquer outra entidade que se encontre sob seu controlo, como é o caso da BPI Gestão de Ativos, relativamente ao exercício dos direitos de voto inerentes aos valores mobiliários que integram as carteiras dos OICs geridos pela Sociedade Gestora.

A BPI GA, no cumprimento da regulamentação e no sentido de reforçar o princípio da transparência, irá refletir no relatório anual de cada um dos OICs que gere, um resumo da execução política em relação ao exercício dos direitos de voto inerentes a todos os valores mobiliários integrados no conjunto dos OICs geridos e o sentido de voto exercido.

Para mais informações, a BPI Gestão de Ativos dispõe de uma Política de Exercício dos Direitos de Voto, que disponibiliza na sua página na internet.

5. Comissões e encargos a suportar pelo Fundo

As tabelas seguintes indicam todos os encargos a suportar pelo Fundo e a Taxa de Encargos Correntes (TEC) que consiste no quociente entre a soma da comissão de gestão, comissão de depósito, taxa de supervisão, custos de auditoria e outros custos correntes de um Fundo, excluindo os custos de transacção, num dado período, e o seu valor líquido global médio nesse mesmo período, juros suportados e custos relacionados com a detenção de instrumentos financeiros derivados.

Tabela de Custos imputáveis ao Fundo e aos participantes

Custos	% da Comissão
Imputáveis directamente ao participante	
Comissão de Subscrição	Não existe
Comissão de Reembolso	Nas condições legais: 0%
	Fora das condições legais: 1% até 90 dias após a subscrição
Imputáveis directamente ao OICVM	
Comissão de Gestão (anual)	1,910%
Comissão de Depósito (anual)	0,090%
Taxa de Supervisão	0,012%
Outros Custos	Os custos emergentes das auditorias exigidas por lei ou regulamento

CUSTOS	VALOR	% VLGF
Comissão de Gestão Fixa	50.570	1,990%
Comissão de Depósito	2.383	0,094%
Taxa de Supervisão	1.200	0,047%
Custos de Auditoria	59	0,002%
Custos Research	620	0,024%
Outros custos correntes	14.055	0,553%
Total	68.888	
Taxa de Encargos correntes		2,711%

5.1. Comissão de gestão

a) Valor da comissão:

A comissão de gestão é de 1,910% ao ano e reverte a favor das seguintes entidades:

Relativamente às unidades de participação colocadas pelo **Banco BPI**: 70% do valor da comissão de gestão calculada com base nas unidades de participação subscritas através do **Banco BPI** reverte a favor do **Banco BPI**. O remanescente: reverte a favor da **Sociedade Gestora**.

b) Modo de cálculo da comissão:

A comissão é calculada diariamente sobre o valor líquido global do Fundo, tratando-se de uma taxa nominal.

- c) Condições de cobrança da comissão:
A comissão é cobrada mensalmente.

5.2. Comissões de gestão que podem ser cobradas em simultâneo ao próprio Fundo e aos restantes fundos em que pretenda investir

O nível máximo de comissões de gestão que podem ser cobradas em simultâneo ao próprio Fundo e aos restantes fundos em que pretenda investir, não excederá 3,91% sobre o valor líquido global do Fundo.

5.3. Comissão de depósito

- a) Valor da comissão:

A comissão de depositário é de 0,090% anual e reverte a favor do **Cecabank**.

- b) Modo de cálculo da comissão:

A comissão é calculada diariamente sobre o valor global do Fundo, tratando-se de uma taxa nominal.

- c) Condições de cobrança da comissão:

A comissão de depositário é cobrada mensalmente.

5.4. Custos de realização de estudos de investimento (research)

Constituem encargos do OIC os custos de realização de estudos de investimento (research).

Para este efeito apenas serão encargos do OIC os custos que correspondam a serviços efetivamente prestados ao OIC.

A **BPI Gestão de Ativos** estabeleceu internamente um sistema de verificação das necessidades dos fundos por si geridos de contratação de serviços para a realização de estudos de investimento. Estes estudos poderão ser afetos a diferentes fundos estando igualmente estabelecidos mecanismos internos próprios para a alocação dos respetivos custos a cada fundo. Esta alocação terá em consideração o interesse do fundo no estudo e no volume patrimonial dos fundos e de outras entidades beneficiárias desse mesmo estudo, de modo a que nunca resulte qualquer prejuízo para o Fundo em benefício de uma outra qualquer entidade.

Estes custos encontram-se refletidos na taxa de encargos correntes.

Os participantes poderão obter informações adicionais respeitantes ao orçamento para custos com a realização de estudos de investimento junto da **BPI Gestão de Ativos**.

O relatório e contas anual inclui informação quantitativa sobre os custos de realização de estudos de investimento.

5.5. Outros encargos

Para além das comissões de gestão e de depositário o Fundo suporta os seguintes encargos calculados diariamente:

- a) Os encargos fiscais que lhes sejam imputáveis.
- b) As despesas relativas à compra e à venda dos valores do seu património e relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros a prazo, empréstimos e reportes, incluindo-se nestas despesas as taxas de bolsa e de corretagem.

c) A taxa de supervisão de 0,012%, paga à CMVM, e que incide sobre o seu valor líquido global deduzido das comissões de gestão e depósito correspondente ao último dia útil do mês, com um limite mínimo e máximo de 100 euros e 12.500 euros respetivamente.

d) Os custos emergentes das auditorias exigidas por lei ou regulamento.

Incluem-se nestes custos, o encargo com prestadores de serviço (designadamente sociedades de auditoria) na preparação do processo de documentação respeitante à política adotada em matéria de preços de transferência, nos termos do Código do IRC.

e) Encargos com prestadores de serviço referentes a processos de recuperação de créditos designadamente advogados em particular em jurisdições estrangeiras e empresas especializadas em “Class Actions”.

f) Encargos com prestadores de serviço em matérias ambientais, sociais, de governance e de sustentabilidade, designadamente para efeito de análise e produção de relatórios relativos aos investimentos e à carteira do OIC;

g) Custos legalmente exigidos desde que devidamente documentados, como, por exemplo, os custos de emissão e renovação dos códigos LEI e os custos do EMIR.

O Fundo não suportará encargos relativos a quaisquer outras remunerações de consultores da **Sociedade Gestora** ou de subdepositários.

6. Política de rendimentos

O Fundo é um Organismo de Investimento Coletivo de capitalização, não procedendo a qualquer distribuição de rendimentos.

CAPÍTULO III UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO E CONDIÇÕES DE SUBSCRIÇÃO E REEMBOLSO

1. Características gerais das unidades de participação

1.1. Definição

O património do Fundo é representado por partes, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores.

1.2. Forma de representação

As unidades de participação são nominativas, adoptam a forma escritural e são fraccionadas, para efeitos de subscrição e de reembolso.

2. Valor da unidade de participação

2.1. Valor inicial

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do Fundo foi de 5 euros.

2.2. Valor para efeitos de subscrição

As subscrições serão efetuadas pelo valor da unidade de participação do dia em que a ordem é transmitida, calculado no segundo dia útil seguinte. Assim, a ordem de subscrição será transmitida com desconhecimento do valor da unidade de participação a que será concretizada, o qual será apurado no segundo dia útil seguinte ao do pedido, de acordo com as regras definidas no ponto 3 do Capítulo anterior.

2.3. Valor para efeitos de reembolso

Os reembolsos serão efetuados pelo valor da unidade de participação do dia em que a ordem é transmitida, calculado no segundo dia útil seguinte. Assim, a ordem de reembolso será transmitida com desconhecimento do valor da unidade de participação a que será concretizada, o qual será apurado no segundo dia útil seguinte ao do pedido, de acordo com as regras definidas no ponto 3 do Capítulo anterior. O valor de reembolso obtém-se deduzindo ao valor da unidade de participação a comissão de reembolso aplicável.

3. Condições de subscrição e de reembolso

3.1. Períodos de subscrição e reembolso

Os pedidos de subscrição e de reembolso serão considerados efetuados no dia útil em que são apresentados no respetivo canal de comercialização, desde que sejam efetuados até às 15h00, hora portuguesa, desse mesmo dia, exceto os pedidos feitos via mecanismo de autorizações remotas, disponíveis no BPI Net e BPI APP que serão considerados efetuados no primeiro dia útil seguinte àquele em que são apresentados no respetivo canal de comercialização e exceto os pedidos apresentados junto do Banco BEST, que deverão ser feitos até às 12h00, hora portuguesa desse mesmo dia sendo os pedidos apresentados após as 15h00 ou após as 12h00 no caso do Banco BEST, ou em dias não úteis, considerados como efetuados no primeiro dia útil seguinte e excepto os pedidos apresentados através do site www.bpinetempresas.pt, que serão considerados efetuados no dia útil seguinte àquele em que são apresentados quando sejam transmitidos até às 21h00 e no segundo dia útil seguinte àquele em que são apresentados quando sejam transmitidos entre as 21h00 e as 24h00.

3.2. Subscrições e reembolsos em numerário

As subscrições e reembolsos serão sempre em numerário.

4. Condições de Subscrição

4.1. Mínimos de subscrição

Os montantes mínimos são referidos em valor, pelo que o número mínimo inteiro de unidades de participação a subscrever é variável em função do valor das mesmas na data de subscrição. Assim:

Mínimo de subscrição:

Primeira aplicação:	250 euros
Aplicações seguintes:	25 euros

4.2. Comissões de subscrição

Não existe comissão de subscrição.

4.3. Data da subscrição efetiva

O valor da subscrição será debitado em conta junto de uma das entidades colocadoras, no segundo dia útil seguinte àquele em que é apresentado o pedido de subscrição. As importâncias pagas nessa data são imputadas ao Fundo nesse mesmo momento e as respetivas unidades de participação são igualmente emitidas nessa data.

5. Condições de reembolso

5.1. Condições e modo de reembolso

a) O reembolso do valor do PPR pode ser exigido a qualquer tempo, nos termos contratualmente estabelecidos.

Contudo, caso não se verifiquem as condições referidas na alínea b), o reembolso terá as consequências previstas nos n.ºs 4 e 5 do artigo 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Assim:

- (i) A fruição do benefício da dedução à coleta fica sem efeito, devendo as importâncias deduzidas, majoradas em 10 %, por cada ano ou fracção, decorrido desde aquele em que foi exercido o direito à dedução, ser acrescidas à coleta do IRS do ano da verificação dos fatos; e
 - (ii) A tributação do rendimento poderá ser menos favorável (ver Capítulo V da Parte II do presente prospeto - Regime Fiscal).
- b) São condições necessárias para a não aplicação das consequências fiscais referidas nos pontos (i) e (ii) da alínea anterior:
- (i) Excepto em caso de morte do participante, não se verificar o reembolso no prazo mínimo de 5 anos após cada subscrição; e
 - (ii) A verificação das seguintes situações:
 - 1) Reforma por velhice do participante;
 - 2) Desemprego de longa duração do participante ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar;
 - 3) Incapacidade permanente para o trabalho do participante ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar, qualquer que seja a sua causa;
 - 4) Doença grave do participante ou de qualquer dos membros do seu agregado familiar;
 - 5) A partir dos 60 anos de idade do participante;
 - 6) Utilização para pagamento de prestações de crédito à aquisição de habitação própria e permanente.
- c) O participante pode solicitar a transferência do valor capitalizado, nas condições fixadas ou permitidas pelo Banco de Portugal. Neste contexto a **Sociedade Gestora** não pode dissolver-se sem assegurar a continuidade da gestão do Fundo por outra entidade gestora habilitada para o efeito.
- d) Para efeitos da alínea b)/(ii)/1) e b)/(ii)/5), e sem prejuízo do disposto na alínea b)(i), nos casos em que por força do regime de bens do casal o PPR seja um bem comum, releva a situação pessoal de qualquer um dos cônjuges, independentemente do participante, admitindo-se o reembolso quando ocorra reforma por velhice ou por obtenção da idade de 60 anos pelo cônjuge não participante.
- e) Por morte, aplicam-se as seguintes regras quanto ao reembolso:
- i) Quando o autor da sucessão tenha sido o participante, pode ser exigido pelo cônjuge sobrevivente ou demais herdeiros legitimários, independentemente do regime de bens do casal, o reembolso da totalidade do valor do plano de poupança, salvo quando solução diversa resultar de testamento ou cláusula beneficiária a favor de terceiro, e sem prejuízo da intangibilidade da legítima;
 - ii) Quando o autor da sucessão tenha sido o cônjuge do participante e, por força do regime de bens do casal, o PPR seja um bem comum, pode ser exigido pelo cônjuge sobrevivente ou demais herdeiros o reembolso da quota-parte respeitante ao falecido.

5.2. Comissões de reembolso

a) Comissão de Reembolso:

- (i) Nas condições legais descritas no ponto 5.1., alíneas a) a d):

0%

- (ii) Fora das condições legais descritas no ponto 5.1., alíneas a) a d):

Poderá ser cobrada uma comissão de resgate de 1% até 90 dias decorridos sobre a data da subscrição. A comissão de resgate será cobrada em função da salvaguarda do interesse dos demais participantes no OIC.

- b) Para efeito de apuramento do valor da comissão de reembolso os cálculos utilizados seguirão o método contabilístico "FIFO" (first in, first out), ou seja, incidindo o reembolso sobre parte das unidades de participação detidas por um participante, considerar-se-ão reembolsadas aquelas que tiverem sido subscritas há mais tempo.
- c) O eventual aumento das comissões de reembolso ou o agravamento das condições de cálculo da mesma só se aplica:
 - i) Aos participantes que adquiram essa qualidade após a autorização concedida pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
 - ii) Aos participantes que adquiram essa qualidade em momento anterior à autorização concedida pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários mas apenas relativamente às subscrições realizadas após essa data.

5.3. Pré-aviso

A liquidação do reembolso (ou seja, o pagamento da quantia devida pelo reembolso das unidades de participação) é efetuada cinco dias úteis após a data do respetivo pedido, ao valor da unidade de participação correspondente à data desse pedido. Para este efeito, considera-se como data do pedido, aquele em que todos documentos necessários à instrução do processo sejam entregues pelo participante.

6. Condições de suspensão das operações de subscrição e resgate das unidades de participação

- a) Esgotados os meios líquidos detidos pelo Fundo e o recurso ao endividamento, nos termos legal e regulamentarmente estabelecidos, quando os pedidos de resgate de unidades participação excederem, num período não superior a 5 dias, 10% do valor líquido global do Fundo, a entidade gestora pode suspender as operações de resgate.
- b) Para além das situações referidas na alínea anterior, **Sociedade Gestora**, uma vez obtido o acordo do depositário, ou a CMVM, poderão determinar a suspensão das operações de emissão ou de resgate de unidades de participação, em circunstâncias excepcionais susceptíveis de porem em risco os legítimos interesses dos investidores.
- c) Como forma de proteger os melhores interesses da generalidade dos participantes, a **Sociedade Gestora** poderá suspender a subscrição de unidades de participação relativamente a determinados investidores sempre que estes adoptem práticas que possam ser consideradas pela **Sociedade Gestora** de "Market Timing", designadamente, quando se verifique o recurso frequente a subscrições e resgates mediadas por espaços de tempo curtos.

7. Admissão à negociação

As unidades de participação não se encontram admitidas à negociação.

CAPÍTULO IV DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES

- a) Os participantes têm direito nomeadamente a:
 - i) Receber a informação fundamental ao investidor (IFI) antes da subscrição do Fundo, qualquer que seja a modalidade de comercialização do Fundo;
 - ii) Obter o prospeto, sem qualquer encargo, junto da entidade gestora, do depositário e das entidades colocadoras, qualquer que seja a modalidade de comercialização do Fundo;
 - iii) Consultar os documentos de prestação de contas do Fundo, que serão enviados sem encargos aos participantes que o requeiram;
 - iv) Subscrever e reembolsar as unidades de participação nos termos da Lei e das condições constantes dos documentos constitutivos do Fundo;
 - v) Receber a sua quota parte do Fundo em caso de liquidação do mesmo;
 - vi) A ser ressarcidos pela entidade gestora dos prejuízos sofridos, sem prejuízo do exercício do direito de indemnização que lhe seja reconhecido, nos termos gerais de direito, sempre que:
 - 1) Em consequência de erros imputáveis àquela ocorridos no processo de valorização e divulgação do valor da unidade de participação, a diferença entre o valor que deveria ter sido apurado de acordo com as

normas aplicáveis no momento do cálculo do valor da unidade de participação e o valor efetivamente utilizado nas subscrições e reembolsos seja igual ou superior, em valor absoluto, a 0,5% do valor corrigido da unidade de participação; ou o valor acumulado do erro for, em termos absolutos, igual ou superior a 0,5% do valor corrigido da unidade de participação apurado no dia da respetiva regularização, e que

- 2) Ocorram erros na imputação das operações de subscrição e reembolso ao património do Fundo, designadamente pelo intempestivo processamento das mesmas.
- b) A subscrição de unidades de participação do Fundo implica a aceitação do disposto nos documentos constitutivos.

CAPÍTULO V CONDIÇÕES DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

- a) Se os interesses dos participantes o exigirem, a **Sociedade Gestora** poderá decidir a liquidação e partilha do Fundo. Esta decisão será imediatamente comunicada à CMVM e objeto imediato de aviso ao público através do sistema de difusão de informação da CMVM e de afixação em todos os locais de comercialização das unidades de participação, pelas respetivas entidades comercializadoras. A dissolução produz efeitos desde a notificação da decisão da CMVM. O prazo de liquidação não excederá em 5 dias úteis o prazo previsto no ponto 5.3. do Capítulo III, salvo autorização da CMVM.
- b) A decisão de liquidação determina a imediata suspensão das subscrições e dos reembolsos do Fundo.
- c) Em caso algum os participantes poderão pedir a liquidação ou partilha do Fundo.

CAPÍTULO VI SISTEMA DE REGISTO DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO DO OIC

O **Cecabank**, entidade depositária dos valores mobiliários do OIC, centralizará o registo das unidades participação, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 128-A da Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro.

As normas do sistema, incluindo os procedimentos aplicáveis ao adequado funcionamento do sistema de registo e as regras aplicáveis na relação com as entidades registadoras, encontram-se definidas no Regulamento do Sistema Centralizado de Registo de Unidades de Participação em Fundos de Investimento disponível em <https://www.bancobpi.pt/bpigestaodeactivos/informacao-cliente>.

Os intermediários financeiros registadores junto dos quais podem ser abertas contas individualizadas são os seguintes:

Banco BPI, SA
BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, SA
Banco Invest, SA

PARTE II CAPÍTULO I OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A ENTIDADE GESTORA E OUTRAS ENTIDADES

1. Outras informações sobre a Entidade gestora

- a) Órgãos sociais:
Conselho de Administração:

Administradores:	Jorge Miguel Matos Sousa Teixeira; Manuel José Puerta da Costa; Miguel Luis Sousa de Almeida Ferreira; Juan Pedro Bernal Aranda; Ana Martín de Santa Olalla; Mónica Valladares Martínez.
------------------	---

Órgão de Fiscalização:

Conselho Fiscal:

Presidente:

José Manuel Rodrigues de Jesus Toscano

Vogais:

Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia Lacerda

Luis Manuel Roque de Pinho Patrício

Suplente:

Francisco Manuel André de Oliveira

Revisor Oficial de Contas:

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda representada por Cláudia Sofia Parente Gonçalves de Palma ou por Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues.

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente:

João António Braga da Silva Pratas;

Secretário:

Maria José Garcia Bragado.

- b) A **BPI Gestão de Ativos** está enquadrada no Grupo CaixaBank sendo detida a 100% pelo CaixaBank Asset Management SGIIC, S.A.U. entidade que por sua vez é detida a 100% pelo CaixaBank, SA.
- c) Contato para esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas relativas ao Fundo:
BPI Direto: (707 020 500)

2. Consultores de Investimento

A **Sociedade Gestora** não recorre a consultores externos para a gestão deste Fundo.

3. Auditor do Fundo

O Revisor Oficial de Contas do Fundo é a sociedade Mazars & Associados, SROC, SA, representada por Fernando Jorge Marques Vieira com sede na Rua Tomás da Fonseca - Torres de Lisboa, Torre G, 5º Andar, 1600-209 Lisboa.

4. Autoridade de Supervisão do Fundo

A entidade de supervisão do Fundo é a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

CAPÍTULO II DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1. Valor da unidade de participação

- a) O valor da unidade de participação pode ser consultado em todos os locais onde o Fundo é comercializado bem como nos sites www.bpinet.pt, www.bpinetempresas.pt, www.bpionline.pt e www.bancobpi.pt.
- b) O valor da unidade de participação é publicado diariamente através do sistema de difusão de informação da CMVM.

2. Consulta da carteira do Fundo

A composição da carteira do Fundo é publicada trimestralmente através do sistema de difusão de informação da CMVM.

3. Documentação do Fundo

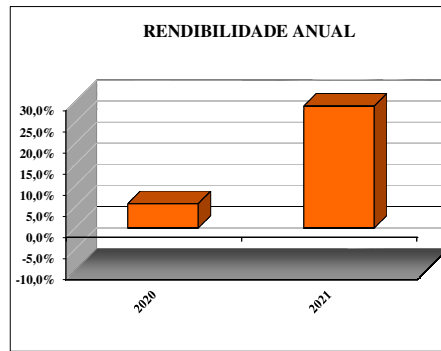
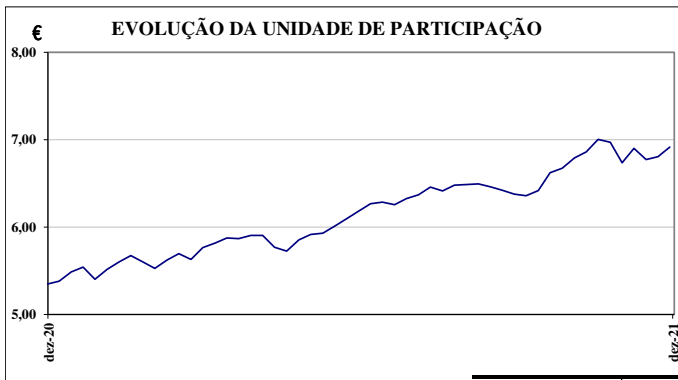
- a) O prospeto, o IFI e o relatório e contas podem ser obtidos, sem encargos, junto da **BPI Gestão de Ativos**, do Banco Depositário e das Entidades Colocadoras. O prospeto pode, também, ser consultado no site www.bancobpi.pt.
- b) A **BPI Gestão de Ativos** publicará um aviso relativo à publicação dos documentos de prestação de contas, anual e semestral, no prazo de quatro meses contados do termo do exercício anterior, para os relatórios anuais e no prazo de dois meses contados do termo do semestre do exercício, para os relatórios semestrais, sendo a

publicação efetuada através do sistema de difusão de informação da CMVM. Os documentos de prestação de contas poderão ser enviados sem encargos aos participantes que o queirem.

4. Relatório e contas do Fundo

As contas anuais e semestrais do Fundo são encerradas, respetivamente, com referência a 31 de dezembro e a 30 de Junho e serão disponibilizadas, no primeiro caso, nos quatro meses seguintes e, no segundo, nos dois meses seguintes à data da sua realização.

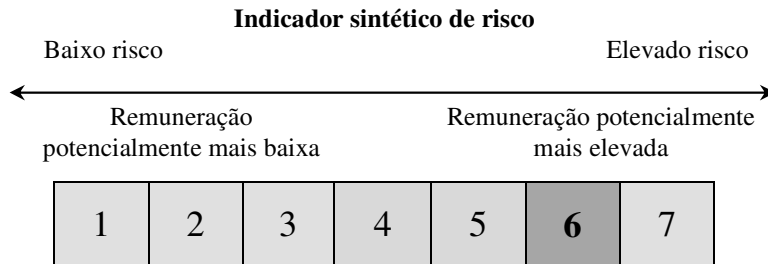
CAPÍTULO III EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS RESULTADOS DO FUNDO Rendibilidade e risco históricos



Ano	2020	2021
Classe Risco	6	4

Advertência:

As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Explicação descritiva do indicador e das suas principais limitações:

- Os dados históricos podem não constituir uma indicação fiável do perfil de risco futuro do Fundo
- A categoria de risco indicada não é inalterável e pode mudar com o tempo
- A categoria mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco
- O Fundo encontra-se nesta categoria específica porque assume um nível de volatilidade elevado.

CAPÍTULO IV PERFIL DO INVESTIDOR A QUE SE DIRIGE O FUNDO

Este Fundo poderá não ser adequado a investidores que pretendam retirar o seu dinheiro num prazo inferior a 5 anos. Salienta-se ainda que, atendendo ao regime legal específico dos fundos poupança reforma o Fundo destina-se a

investidores que assumam uma perspetiva de valorização do seu capital no longo prazo. Em especial importa salientar que tendo o investimento nestes Organismos de Investimento Coletivo determinados benefícios fiscais tem igualmente condições de permanência especialmente rígidas.

CAPÍTULO V REGIME FISCAL

O regime fiscal que a seguir se descreve respeita ao regime fiscal em vigor na data do prospeto em Portugal e assenta na interpretação da **BPI Gestão de Ativos** sobre o mesmo.

O regime fiscal aplicável aos rendimentos ou às mais-valias auferidos por investidores individuais depende da legislação fiscal aplicável à situação pessoal de cada investidor individual e/ou do local onde o capital é investido.

Neste quadro, se os investidores não estiverem perfeitamente seguros acerca da sua situação fiscal, devem procurar um consultor profissional ou informar-se junto de organizações locais que prestem este tipo de informação. A **BPI Gestão de Ativos** alerta designadamente para o fato de a interpretação do regime fiscal descrito poder não coincidir com a interpretação realizada por outras entidades (nomeadamente a interpretação da Administração Fiscal).

1. Tributação dos rendimentos obtidos pelo Fundo

Os rendimentos do Fundo estão totalmente isentos de IRC.

2. Tributação dos rendimentos obtidos pelos participantes

O Fundo proporciona aos participantes as seguintes vantagens fiscais:

Deduções em IRS:

- (i) Sem prejuízo do disposto em (ii) e (iii) infra, são dedutíveis à coleta do IRS, nos termos e condições previstos no artigo 78.º do respetivo Código, 20% dos valores aplicados no respetivo ano por sujeito passivo não casado, ou por cada um dos cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens, em planos de poupança reforma, tendo como limite máximo (**VER LIMITE MÁXIMO EM FUNÇÃO DO RENDIMENTO COLETÁVEL EM (iii)**):
 - a) (euro) 400 por sujeito passivo com idade inferior a 35 anos;
 - b) (euro) 350 por sujeito passivo com idade compreendida entre os 35 e os 50 anos;
 - c) (euro) 300 por sujeito passivo com idade superior a 50 anos.
- (ii) Não são dedutíveis à coleta de IRS, nos termos referidos em (i), os valores aplicados pelos sujeitos passivos após a data da passagem à reforma;
- (iii) **A soma dos benefícios fiscais dedutíveis à coleta, incluindo o benefício fiscal estabelecido para os PPR não pode exceder determinados limites estabelecidos em função do escalão de rendimento coletável. Assim, até a um rendimento coletável de 7000 euros não há limite de dedução; acima deste rendimento o limite da soma dos benefícios é de apenas 100 euros, reduzindo-se gradualmente até zero a partir de um rendimento coletável superior a 80.000 euros.**
- (iv) A fruição deste benefício fica sem efeito, devendo as importâncias deduzidas, majoradas em 10 %, por cada ano ou fracção, decorrido desde aquele em que foi exercido o direito à dedução, ser acrescidas à coleta do IRS do ano da verificação dos fatos, se aos participantes for atribuído qualquer rendimento ou for concedido o reembolso dos certificados, salvo em caso de morte do subscritor ou quando tenham decorrido, pelo menos, cinco anos a contar da respetiva entrega e ocorra qualquer uma das situações definidas na lei.

Redução da tributação do rendimento:

No caso de o reembolso ocorrer quando se verificarem as situações definidas na lei, apenas 2/5 do rendimento auferido pelos participantes será tributado autonomamente em IRS à taxa de 20%, ou seja, o valor global do rendimento será tributado apenas em 8% (2/5 x 20%) (sem prejuízo da aplicação do regime transitório de tributação, à taxa efetiva de 4% (1/5 x 20%), para os rendimentos de entregas efetuadas antes de 1 de Janeiro de 2006).

No caso de o reembolso ocorrer fora de qualquer uma das situações definidas na lei, o rendimento será tributado autonomamente, à taxa de 21,5%, sendo excluídos de tributação um quinto ou três quintos do rendimento se o reembolso se verificar respetivamente após cinco anos ou após oito anos de vigência do contrato, desde que as contribuições pagas na primeira metade da sua vigência representem pelo menos 35% da sua totalidade.

3. Não sujeição a imposto de selo por transmissão gratuita

Não são sujeitas a imposto do selo as transmissões gratuitas de valores aplicados em fundos de poupança-reforma.

4. Tributação em sede de imposto de selo

Estão sujeitas a imposto de selo à taxa de 4%:

As comissões de gestão e de depósito suportadas pelo OIC;

As comissões de resgate suportadas pelos Participantes.

ANEXO
OIC geridos pela entidade responsável pela gestão a 31 de dezembro de 2021

Denominação do Fundo	Política de Investimento	Tipo	VGLF em Euros	N.º Participantes
BPI África	Fundo de Investimento Aberto de Ações	Aberto	2.796.820,07	1.332
BPI Agressivo	Fundo de Investimento Aberto Flexível	Aberto	17.680.675,04	924
BPI América - Classe D	Fundo de Investimento Aberto de Ações	Aberto	25.892.987,80	2.444
BPI América - Classe E	Fundo de Investimento Aberto de Ações	Aberto	13.219.222,60	1.206
BPI Ásia Pacífico	Fundo de Investimento Aberto de Ações	Aberto	6.261.859,05	1.139
BPI Brasil	Fundo de Investimento Aberto Flexível	Aberto	15.430.158,91	4.162
BPI Dinâmico	Fundo de Investimento Aberto Flexível	Aberto	153.463.290,73	5.874
BPI Euro Grandes Capitalizações	Fundo de Investimento Aberto de Ações	Aberto	9.161.943,63	2.148
BPI Euro Taxa Fixa	Fundo de Investimento Aberto de Obrigações	Aberto	16.680.102,24	2.566
BPI Europa	Fundo de Investimento Aberto de Ações	Aberto	33.241.213,55	6.137
BPI Global	Fundo de Investimento Aberto Flexível	Aberto	44.440.597,44	7.779
BPI Iberia	Fundo de Investimento Aberto de Ações	Aberto	3.694.226,73	967
BPI Defensivo	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	Aberto	463.834.302,88	41.671
BPI Moderado	Fundo de Investimento Aberto Flexível	Aberto	578.354.131,33	23.163
BPI Obrigações Alto Rendimento Alto Risco	Fundo de Investimento Aberto de Obrigações	Aberto	10.640.893,57	2.283
BPI Obrigações Mundiais	Fundo de Investimento Aberto de Obrigações	Aberto	127.034.543,74	6.329
BPI Portugal	Fundo de Investimento Aberto de Ações	Aberto	32.778.834,28	4.273
BPI Ações Mundiais	Fundo de Investimento Aberto de Ações	Aberto	57.875.517,47	5.528
BPI Reforma Gloabl Equities PPR	Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma	Aberto	4.228.791,13	284
BPI Reforma Valorização PPR	Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma	Aberto	149.351.209,32	19.785
BPI Reforma Investimento PPR	Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma	Aberto	990.989.018,27	81.805
BPI Reforma Obrigações PPR	Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma	Aberto	627.590.867,88	56.273
BPI Seleção	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	Aberto	10.527.285,24	2.054
BPI Universal	Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	Aberto	9.608.465,90	1.404
Imofomento-Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Fundo de Investimento Imobiliário	Aberto	602.893.221,09	29.932
Josiba Florestal-Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Fechado	28.703.562,30	36
Total			4.036.373.742,19	311.498